ENFRENTANDO O DESAFIO – UM MODELO PARA O ENSINO SOBRE FRONTEIRAS: O CASO ISRAELENSE¹

TAL YAAR-WAISEL

Professora da Haifa University (Israel)

yaar.tal@gmail.com

As fronteiras nem sempre são fixas em suas delimitações e funcionamento. Algumas fronteiras, antes abertas, foram fechadas e algumas passagens de fronteira não são mais fiscalizadas nem estão operando. Isso tem ocorrido desde setembro de 1991 ao longo das fronteiras dos EUA e, mais intensamente na última década, nas “bordas” e no interior da União Europeia. O mesmo tem acontecido nas áreas ao redor de Israel. Uma fronteira, cuja própria existência se destina a expressar uma entidade constante e estável, acaba por apresentar características contraditórias e enviar mensagens confusas e, portanto, em Israel, o ensino da matéria não é nada simples e apresenta um desafio significativo para os professores (Miles, 2011).

A complexidade (do ensino) das fronteiras

Na era da globalização, fatores como o desenvolvimento das tecnologias da informação, interesses econômicos compartilhados e colaboração internacional nos temas de ecologia, refugiados e trabalhadores migrantes, terrorismo e drogas reforçam a importância do ensino dessa matéria.

Alguns estudos publicados sobre o ensino de fronteira abordam o lado emocional e mental do conceito para além dos dados e do conhecimento. Por exemplo, Seidel e Budke (2019) concluíram que os alunos alemães têm uma compreensão limitada das fronteiras, entre outros conceitos espaciais.

1 Tradução de Walkiria Ayres Sidi (tradutora e doutora em Letras pela UFRGS) e de Paulo Bunselmeyer Ferreira (Licenciado em Letras pela UFRGS). Revisão de Adriana Dorfman (Dra. em Geografia e Professora do Departamento de Geografia da UFRGS).

As fronteiras ao redor do mundo mudaram drasticamente de caráter na última década (Yaar-Waisel, 2018). Recentemente, o problema veio novamente à tona quando a epidemia de Covid-19 ocasionou o fechamento global das passagens fronteiriças, tornando a questão e o ensino da matéria ainda mais complexos e colocando os professores na posição de ter que ensinar sobre um tópico incerto e controverso.

Esse estudo tem como objetivos destacar a importância e promover o ensino sobre fronteiras, analisar a maneira como o tema é trabalhado no sistema educacional israelense e examinar o currículo obrigatório. Além disso, espera-se que o estudo auxilie os professores a se sentirem mais preparados para ministrar a matéria.

Assim sendo, foram examinados os currículos e livros didáticos usados para o ensino do tópico nas escolas de ensino médio israelenses. Foram também aplicados questionários e realizadas entrevistas com professores que lecionam a matéria com o objetivo de averiguar o que realmente está sendo feito nas aulas, para além dos currículos. O próximo passo foi desenvolver um Modelo de Ensino baseado em anos de experiência docente e na formação de professores.

Delimitando a questão

Muito se pesquisou e escreveu sobre a relevância de um conteúdo no processo de ensino-aprendizagem (Michaeli, 2014; Naveh, 2014). Um bom ensino de Geografia correlaciona os assuntos discutidos com o contexto, de modo que professores devem vincular o trabalho em sala de aula ao universo de seus alunos (Ministério, 2020). Eventos políticos cotidianos têm uma estreita conexão com o mundo geográfico. Ligar os fenômenos e conceitos geográficos a eventos contemporâneos é o cerne da profissão: esses eventos serão identificados por meio de conceitos geográficos e estudados no âmbito das principais ideias da Geografia, usando métodos específicos de investigação sobre esse assunto (Sneh, 2004).

Existe, paradoxalmente, uma relação inversa entre a importância do assunto, como acreditam os professores, e a disposição para falar sobre ele em sala de aula (Miles, 2011). O ensino de questões políticas encontra dificuldades e barreiras em vários lugares do mundo (Grayson, 2015). Por exemplo, um estudo sobre

o conhecimento e a compreensão dos professores americanos de Geografia sobre geopolítica, no início deste século, mostra que há uma falta de atenção e de sensibilidade em relação ao tema (Holm; Farber, 2002). Os pesquisadores descobriram que, embora a compreensão dos processos geopolíticos fosse significativa para os professores em tempos de mudança, o conhecimento que eles demonstravam era muito pobre. As questões geopolíticas examinadas estavam relacionadas à economia internacional e aos mercados internacionais, ao poder dos países, à cooperação entre países, à cooperação multicultural (por exemplo, as Olimpíadas refletindo a necessidade de cooperação e nacionalismo), bem como às questões ambientais, como mudança climática e sustentabilidade, e ainda aos direitos humanos, migração e crescimento populacional. Os pesquisadores descobriram que a mídia, e não o sistema educacional, consistia na principal fonte de conhecimento dos entrevistados. (Holm; Farber, 2002)

Na Europa, os conteúdos escolares foram examinados e constatou-se que a percepção sobre a “integração europeia” deriva de um ponto de vista nacional em cada país e que os livros didáticos funcionam como “veículos de nacionalismo” (Sakki, 2014).

Em suma, o ensino desse tópico tem dois níveis: o primeiro consiste no conhecimento e compreensão dos aspectos geográficos; o segundo é geral e trabalha a partir da hipótese de que debater conflitos reais desenvolve o pensamento crítico dos alunos (Sziarto, K. et al., 2014; Michaeli, 2014; Lamm, 1998; Rasisi; Diamant, 2002).

Conforme essa revisão de literatura, a complexidade do ensino de Geografia Política em geral, conforme refletida nesta revisão de literatura e principalmente no tema de fronteiras, tem gerado a necessidade de formação e orientação docente para o ensino da disciplina. Portanto, foram levantadas as seguintes questões: Quais são os conteúdos contemplados no currículo de Geografia? Quais são os conteúdos dos livros didáticos utilizados atualmente no sistema educacional? O que vamos realmente ensinar no ensino fundamental e médio? Como capacitar professores para ensinar fronteiras?

Ensinar fronteiras em Israel

Este capítulo apresenta a situação atual do ensino sobre fronteiras em Israel. A primeira parte se refere aos currículos e livros didáticos existentes; a continuação do capítulo apresentará o que está realmente acontecendo no ensino do assunto nas salas de aula do ensino médio.

Um estudo realizado em 2011 por William Miles sobre o ensino de fronteira concluiu que muitos professores se sentem ameaçados e evitam questões geopolíticas. O pesquisador concluiu que as informações contidas nos livros didáticos sobre o assunto são confusas e contraditórias. Também, foi recomendado que os estudantes devem aprender o conteúdo, pensar por comparações, chegar às suas próprias conclusões etc., numa sofisticada metodologia multicamadas (Miles, 2011).

O ponto de partida para o ensino sobre fronteiras em Israel é a impossibilidade de aceitá-las como dadas. Elas são um assunto controverso, remetem a conflitos e demandam negociações, tanto entre Israel e seus vizinhos quanto dentro de Israel. Ensinar uma matéria incerta e temporária é problemático e desafiador (Bar-Gal, 1993) e requer treinamento e preparação prévia de professores.

A fim de abordar questões geopolíticas, são feitas perguntas para as quais não há respostas óbvias. Por exemplo: há consenso sobre a delimitação do estado? E o que devemos ensinar à geração mais jovem? (Bar-Gal, 1996; Miles, 2011).

O termo “Terra de Israel” é um termo histórico, com diferentes interpretações possíveis: alguns acreditam que se trata de uma vasta terra prometida por Deus a Abraão, enquanto outros o entendem como significando uma localização vaga e não uma definição específica no espaço. As fronteiras da Terra de Israel passaram por muitas mudanças ao longo de milhares de anos e hoje são usadas principalmente pelos defensores da concepção geopolítica de que o estado de Israel teria o direito de existir desde o rio Jordão, no leste, até o Mediterrâneo, no oeste, incluindo a Montanha Central, habitada principalmente por palestinos.

O “Estado de Israel” foi estabelecido em 1948 e, até 1967, sua fronteira oriental era a “Linha Verde”, que separava o jovem estado do Reino da Jordânia. Em junho de 1967, Israel foi atacado por países

vizinhos e, durante seis dias de guerra, ocupou grandes áreas: ao sul, a Península do Sinai, ao norte, as Colinas de Golã e a leste, as montanhas da Judéia e Samaria, incluindo a parte oriental de Jerusalém, que por 19 anos havia sido uma cidade dividida. Desde então, a “Linha Verde”, uma linha de demarcação do armistício, foi mantida como a fronteira internacional de Israel mas na prática, o Estado de Israel controla a área até o Reino da Jordânia, a leste, e considera o rio Jordão (que é apenas um riacho) como sua fronteira oriental² (figura 1).

Figura 1 - Israel e suas fronteiras

Fonte: Elaboração de Fernando P. Pinto (2021)

2 Para mais detalhes sobre a geografia de Israel ver: <https://www.youtube.com/watch?v=93onRmj9guc>

Em 2006, a Ministra da Educação Yuli Tamir retirou a proibição de incluir o traçado da “Linha Verde” nos mapas de Israel (produzidos no Centro de Mapeamento de Israel). Ainda assim, na maioria das salas de aula há mapas que não apresentam a “Linha Verde”, como é chamada a fronteira entre Israel e o Reino da Jordânia de 1949 a 1967 e desde então, tem sido a linha divisória entre o estado soberano de Israel e o território da Judéia e Samaria, também conhecido como Cisjordânia ou Territórios Ocupados. A controvérsia está justamente na busca de soberania nesta região, que é povoada principalmente por cidadãos palestinos (árabes e muçulmanos) que não possuem identidade nem cidadania israelense, embora vivam sob o governo de Israel³. Na maioria dos atlas usados nas escolas, não há menção a essa fronteira. Já na última edição do “Atlas Universitário” do Professor Moshe Braver, a Cerca de Separação aparece claramente (Braver, 2014)⁴.

Os currículos e livros didáticos atuais

O currículo de Geografia está disponível no site do Ministério da Educação - Departamento de Geografia (Ministério, 2020). O site lista o conteúdo obrigatório para o ensino do conteúdo “fronteiras”. O tema das “fronteiras de Israel” aparece duas vezes no currículo das escolas de ensino médio: a primeira vez, no nono ano, no contexto do ensino de Geografia para a Terra de Israel. Todos os alunos israelenses devem estudar o assunto no nono ano, embora na prática esse não seja o caso, pois várias escolas ensinam programas interdisciplinares inovadores que não seguem o currículo “regular”. A disciplina será

3 Além dos palestinos que vivem nos territórios da Cisjordânia/Judéia, Samaria e Faixa de Gaza, um quinto dos cidadãos do Estado de Israel são árabes, a maioria muçulmanos, têm cidadania israelense e vivem dentro do Estado soberano de Israel.

4 Segundo a Wikipedia, essa é uma das denominações, a que se acrescentam “Cerca de Segurança”, “Muro da Cisjordânia”, “Muro de Segregação Racial” ou “Muro do Apartheid”, cada uma correspondendo a uma posição mais pró-Israel ou pró-Palestina. Trata-se de uma barreira física construída por Israel em torno da Cisjordânia e Jerusalém Oriental, com uma extensão aproximada de 760 km, *grosso modo* seguindo a Linha Armistício de 1949. (N.T.)

ministrada pela segunda vez no final do ensino médio, como parte do currículo para alunos que optem por estudar Geografia também nos anos finais.

No currículo do nono ano, são dedicadas duas horas de instrução para tratar das fronteiras de Israel. O conteúdo a ser ensinado inclui temas diversos: as fronteiras do país (A “Terra de Israel”) e as fronteiras do estado (“O Estado de Israel”), que não são a mesma coisa em hebraico, já que carregam um profundo significado político e histórico. Em seguida, as fronteiras de Israel hoje e, por último, as mudanças nas linhas das fronteiras. Conforme mencionado, no currículo, apenas duas horas são recomendadas para tratar de todos esses períodos, mas frequentemente os professores ultrapassam a carga horária recomendada, dedicando de quatro a cinco horas ao tópico.

O livro de Geografia para o nono ano, “Israel Homem e Espaço”, foi publicado por uma editora privada (“Centro de Educação Tecnológica”) e foi aprovado pelo Ministério da Educação para ser utilizado nas escolas (Fine et al, 2007)⁵. O tópico fronteiras é tratado logo no início do material, o que sinaliza sobre sua importância, mas apenas três páginas são dedicadas a ele. Na primeira página estão os conceitos básicos: “a Terra de Israel”, “o Estado de Israel”, “a Fronteira Acordada”, “a Fronteira Contestada”, “a Linha do Armistício”. Na página dois, são descritos os processos históricos de formação de fronteiras em Israel: as fronteiras do Mandato Britânico (1922), as fronteiras do Plano de Partição (1947), as fronteiras após a Guerra da Independência (1949) e, finalmente, as mudanças nos limites após a Guerra dos Seis Dias (1967). Uma coluna é dedicada às “fronteiras de Israel hoje”. Ela contém a continuação da revisão histórica: o tratado de paz com o Egito (1979), o tratado de paz de 1994 com a Jordânia e, por fim, a retirada das Forças de Defesa de Israel (as forças armadas) do Líbano, em 2000. Os professores precisam atualizar o texto e adicionar fontes externas já que, em Israel, os livros didáticos são reescritos a cada cinco a dez anos.

5 Mais informações sobre o Centro de Educação Tecnológica, podem ser consultadas em: <https://school.kotar.cet.ac.il/KotarApp/Viewer.aspx?nBookID=107467452#9.9284.6.default> (em hebraico). Acesso em 24 Ago 2020.

Considerando sua extensão, o capítulo é ilustrado com muitos mapas (três páginas, seis mapas). Dois mapas são maiores que os outros quatro: o primeiro deles representa a Terra de Israel, com sua fronteira oriental ao longo do rio Jordão, com áreas marcadas como “Autoridade Palestina A”. O segundo mapa grande é o de Israel com os territórios ocupados após a Guerra dos Seis Dias (1967), incluindo Sinai, Judéia e Samaria e as Colinas de Golã. A escolha do tamanho dos mapas, os elementos incluídos e excluídos refletem posições e significados políticos (Collins-Kreiner; Mansfeld; Kliot, 2006), enfatizando o período de maior extensão de Israel (1967), quando o país incluía aqueles territórios, ainda que hoje o país não seja mais assim.

É particularmente interessante examinar a pergunta que resume o capítulo: “Escreva brevemente sobre as quatro principais guerras do Estado de Israel desde o seu estabelecimento: quando aconteceram, quais os países envolvidos e quais foram seus efeitos nas fronteiras do país” (Fine et al, 2007, p. 9). Essa pergunta expressa a visão de que a fronteira é um produto da guerra e, como tal, constitui um problema.

No site de apoio do livro didático, há um vídeo de uma aula ministrada pelo professor Gideon Bigger sobre as fronteiras de Israel. O professor adapta sua palestra ao público, que é composto por jovens religiosos. A introdução apresenta o problema fronteiriço, e a maior parte da palestra é uma revisão histórica da formação das fronteiras.

Em 2009, o livro didático para alunos do 12º ano foi publicado como preparação para o exame de admissão em Geografia. O livro “Israel no Século XXI - Tópicos selecionados em Geografia para o Ensino Médio” (Graitzer, 2009) foi publicado pela mesma editora privada (“Centro de Educação Tecnológica”) e foi aprovado pelo Ministério da Educação para ser usado nas escolas. Alguns dos autores assinam ambos os livros. A introdução do livro de 2009 trata das fronteiras de Israel e dedica quatorze páginas ao assunto. Metade delas são descrições históricas da formação das fronteiras entre Israel - Egito, Israel - Jordânia, Israel - Síria e Israel - Líbano, e atenção especial é dedicada à linha de separação não acordada entre o Estado de Israel e a Autoridade Palestina. Há no livro uma referência específica à questão das futuras fronteiras permanentes entre Is-

rael e a Autoridade Palestina e o aluno é solicitado a apresentar seu próprio ponto de vista geo-político. O tópico “Abordagens para determinar as fronteiras permanentes do Estado de Israel” é uma discussão política e corajosa que apresenta uma gama de opiniões e aborda a complexidade do problema, como o ensino geopolítico deveria fazer.

Na conclusão do capítulo, são propostas aos estudantes as seguintes tarefas:

1a. Defina fronteira acordada e fronteira temporária.

1b. Dê um exemplo de fronteira temporária e um exemplo de fronteira acordada que Israel compartilha com um estado vizinho e um exemplo de fronteira acordada. Detalhe a história das fronteiras desde o período do Mandato Britânico até os dias atuais.

2. Descreva as vantagens, dificuldades e problemas envolvidos em cada uma das três abordagens para o estabelecimento de fronteiras permanentes entre Israel e a Autoridade Palestina. Determine sua posição e justifique-a.

3. Quais são as implicações da ausência de paz e, consequentemente, de fronteiras controladas na nossa região?

4. Discuta os seguintes assuntos: segurança, aplicação da lei, assentamentos, ética social, economia, educação e bem-estar, migração e imigração, planejamento e desenvolvimento, investimentos estrangeiros e a posição internacional de Israel (Graitzer, 2009, p.19).

Essas questões conduzem os alunos a um “pensamento de ordem superior”, ou seja, que estimula a inferência e argumentação para a produção de posições pessoais. Eles são solicitados a fundamentar suas respostas no conhecimento e familiaridade com os vários conceitos e em suas próprias opiniões. Este seria o ensino da Geografia Política na sua melhor forma.

Ensinando a matéria na prática

O ensino de Geografia Política em geral e, dentro dela, o ensino sobre fronteiras, é desafiador e não é nada simples. Nos últimos anos, os professores têm demonstrado uma preocupação cada vez maior com a discussão de questões com implicações políticas (Michaeli, 2014). Os professores do nono ano dedicam duas horas

ao assunto no início do ano por meio de livros didáticos e, muitas vezes, de apresentações disponíveis na Internet.

Setenta por cento dos 30 professores que responderam a um questionário aplicado pela autora (Yaar-Waisel, 2018) pertenciam ao sistema de educação estatal hebraico-judaico, enquanto 30% pertenciam ao setor educacional árabe e druso⁶, que também faz parte do sistema educacional estatal. Todos os professores são obrigados a ensinar os mesmos tópicos, os livros didáticos de Geografia são iguais para falantes de hebraico e para estudantes árabes e são bilíngues. Eles afirmam que ensinam utilizando o livro “Israel Homem e Espaço” (Fine et al, 2007), 75% usando vídeos e outras apresentações visuais, e todos analisam mapas durante as aulas. Muitos propõem debates às suas classes. Os professores afirmam que as poucas horas (duas, segundo o currículo do Ministério da Educação) dedicadas ao ensino da “Geografia da Terra de Israel” os obrigam a ter que escolher entre uma vasta quantidade de assuntos incluídos nesse tópico. Assim sendo, o ensino foca em alguns conceitos básicos: geralmente na distinção entre “fronteira natural” e “fronteira artificial” e menos na distinção entre “fronteira acordada” e “fronteira temporária”. Os professores ressaltam que mencionam o termo “linha do Armistício” em suas aulas. Além disso, exigem que seus alunos conheçam os processos históricos de formação de fronteiras: quem estabeleceu a demarcação e quando isso foi feito. Às vezes, solicitam aos alunos que leiam as duas páginas dedicadas ao assunto e não sobra tempo para a discussão de questões políticas e polêmicas; essa atitude pode indicar uma prevenção de parte do professor quanto a uma discussão que se desenvolveria sem se basear em conhecimentos consistentes sobre a matéria.

6 Segundo a Wikipedia, os Drusos são um grupo étnico-religioso esotérico de língua árabe. São encontrados principalmente na Síria, Líbano e Israel. Os costumes sociais dos drusos são diferentes daqueles dos muçulmanos ou cristãos, e eles são conhecidos por formar comunidades muito coesas, embora eles próprios se integrem totalmente aos países em que vivem.

Ensinando sobre a “Linha Verde”

A “Linha Verde”, como mencionado anteriormente, definia a fronteira entre o Estado de Israel e o Reino da Jordânia entre 1949 e 1967. Atualmente, serve como uma fronteira administrativa entre vários distritos do Ministério do Interior no estado soberano de Israel e no governo de Israel na Cisjordânia. A “Linha Verde” não é uma fronteira acordada e há divergências sobre seu futuro. Uma “cerca de segurança” ou “muro de separação” foi construído ao longo de grandes seções da linha, às vezes próximo a ela e às vezes não (Khamaisi, 2008). Essa questão requer atenção, uma vez que a cerca de separação foi incluída no Atlas, enquanto a maioria dos mapas apresentados nas salas de aula e nos livros atuais de Geografia não a mostram.

Conforme verificamos em entrevistas realizadas com professores de Geografia, há confusão e inconsistência no ensino da “Linha Verde”: aqueles que ensinam a matéria usam uma grande variedade de expressões e ‘apelidos’, às vezes simultaneamente e em sequência, para se referir a ela. Os significados aproximados de cada uma dessas expressões, na concepção dos professores, está resumido a seguir:

a) “Cerca de segurança” – uma cerca de metal construída para prevenir ataques terroristas nas cidades israelenses. Esse termo é usado principalmente por autoridades oficiais do estado;

b) “Muro de separação” – um muro de concreto que bloqueia a passagem entre os territórios de Israel soberano e territórios que não estão sob a soberania israelense. O conceito enfatiza a completa separação que o muro produz;

c) “Linha de cessar-fogo” – termo que faz referência à demarcação da linha ao final dos conflitos em 1967.

Os seguintes termos e sentidos são expressos pelos professores, na tentativa de explicar “o que é separado por essa fronteira?”:

a) “Os Territórios” – as áreas montanhosas chamadas de Cisjordânia e a área costeira do sul do Mediterrâneo, denominada Faixa de Gaza (ver mapa). Um termo “estéril” que não expressa uma posição política clara;

b) “Territórios ocupados” – os territórios que Israel ocupou em 1967 e que não estão atualmente sob soberania israelense.

Um termo usado principalmente por uma abordagem política de esquerda, que expressa a natureza problemática do governo israelense nessas áreas;

c) “Judéia e Samaria” – os nomes hebraicos das regiões, nomes bíblicos que remetem ao passado, denotando um controle legítimo dos judeus sobre essas áreas;

d) “Cisjordânia” – margem oeste do rio Jordão, um termo que data da época em que os britânicos governavam os territórios a leste e a oeste do rio. Fazia parte do Reino da Jordânia até 1967.

Em relação a esse vocabulário, outra pergunta foi feita aos professores: “Você usou uma ou mais das seguintes expressões?” As respostas dadas encontram-se na figura 2.

Figura 2 - Termos relevantes usados por professores de Geografia

Fonte: Dados da pesquisa (Yaar-Waisel, 2018).

Apesar da dificuldade, muitos professores manifestaram interesse em trabalhar com o tema. Eles responderam positivamente à pergunta: “Ensinar este tópico é diferente de ensinar outros tópicos no currículo de Geografia?”, conforme pode ser observado nas citações que seguem:

“O assunto é carregado de sensibilidade e provoca discussões.”

“O ensino desse tema difere do ensino de outras matérias pelo fato de haver pontos que tocam o debate político dentro do Estado de Israel, o que motiva os alunos.”

“Porque há alunos que se opõem a discutir política na escola.”

“Há um aspecto emocional no assunto, é uma questão emocional nacional.”

“O ensino desse tópico é muito diferente do ensino de outros temas, pois aborda muitas questões educacionais, como política e visões de mundo, que refletem o desconhecimento por parte de muitos dos alunos”.

“O ensino do tema é muito diferente porque envolve uma série de outras disciplinas”.

“Os alunos acham o tópico interessante.”

O “interesse” e a “complexidade política” que os professores mencionam em seu ensino destoa de como escolhem avaliar seus alunos. As perguntas feitas em provas, exames ou trabalhos indicam que a maioria das questões trata dos aspectos históricos da formação de fronteiras, ou seja, há muito pouco que possa levar a divergências ou à reflexão política.

Um modelo para o ensino sobre fronteiras

Na base do modelo está a questão de saber se o professor solicitado a lecionar o capítulo está interessado e entende o assunto ou tem receio e, portanto, evita fazê-lo. Em qualquer caso, como vimos neste estudo, o professor deve aprender a ensinar a matéria e compreender tanto os aspectos emocionais como os conteúdos a serem ensinados. A aprendizagem deve focar nos dois níveis. A experiência de fronteira pode ser resultado de uma visita a uma região fronteiriça ou de morar próximo a ela, de assistir a um noticiário, ou ainda de histórias contadas de geração em geração. O professor e os alunos devem mobilizar toda a gama de emoções envolvidas no ensino e aprendizagem do assunto.

Embora a ênfase nesse tema recaia geralmente sobre seu histórico, o processo de estabelecer as fronteiras e os conflitos a isso associa-

dos, também é apropriado estender o aprendizado aos contextos políticos e nacionais contemporâneos. As diferentes visões sobre a situação e as implicações das políticas para as fronteiras podem ser analisadas, por exemplo, através do estudo das leis referentes ao uso do solo e das possibilidades de cooperação entre os dois lados da fronteira.

É atribuída importância especial à reflexão e avaliação – habilidades consideradas como expressões do pensamento de ordem superior – sobre as possibilidades futuras de planejamento ambiental e desenvolvimento da região de fronteira para o benefício de todos os residentes fronteiriços.

Como se percebe, os métodos de ensino recomendados nesse artigo são baseados em investigações independentes e em experiências em sala de aula, lidando com o significado e o sentido do que foi aprendido. Este modelo de aprendizagem conduz o aluno ao envolvimento cívico e à observação crítica, como é exigido de um cidadão em um estado democrático (figura 3).

Respostas para um desafio complexo

Nos currículos de Geografia, tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais do ensino médio, o assunto das “fronteiras de Israel” aparece como uma introdução. O tema aparece no início da grade curricular e na abertura dos livros didáticos, uma indicação de sua importância. O livro de Geografia para o nono ano contém três páginas sobre fronteiras, o que é insuficiente e inadequado para tal assunto. Os professores afirmam que não podem expandi-lo, embora a questão do tempo possa ser apenas uma “desculpa” para não lidar com um assunto politicamente polêmico.

O livro do 12º ano termina com um capítulo intitulado “Abordagens para definir as fronteiras permanentes do Estado de Israel” – uma discussão política e corajosa que apresenta um amplo espectro de opiniões, aumenta a complexidade do problema e torna o assunto importante e relevante.

Muito do que é exigido no ensino é baseado na história das fronteiras e seus processos de formação. Os aspectos históricos são mais claros do que as questões políticas relacionadas às fronteiras do país. Quanto aos processos de definição dos limites, há concor-

Figura 3 – Modelo de Ensino de Fronteira em Geografia

Fonte: elaboração de Tal Yaar-Waisel (2021).

dância nos currículos e livros didáticos quanto à importância das questões de delimitação das diferentes fronteiras, inclusive quanto à relevância das divergências em cada uma dessas demarcações. Nos livros didáticos e no currículo, a maior parte do texto trata da história da delimitação das fronteiras, mas pouco, ou quase nada, da realidade das fronteiras hoje.

O currículo e o livro didático do nono ano (ensino médio) que, oficialmente, todos os alunos israelenses devem supostamente utilizar, não têm como objetivo a reflexão política ou a formulação de posições pessoais. O tópico permite apenas o estudo do conhecimento factual. Não há qualquer discussão ou incentivo no livro didático para os alunos debaterem questões como “o que caracteriza uma área de fronteira” ou “quais são as vantagens de uma fronteira aberta”. Há pouco material para reflexão sobre travessias de fronteira e tópicos relacionados. Não se pede ao aluno que tire conclusões sobre os processos históricos de formação de fronteiras, e não há avaliação que estimule o aluno a pensar seriamente sobre o futuro das fronteiras.

Por outro lado, o material para o 12º ano visa estimular o aluno a refletir. Por exemplo, as questões do final do capítulo conduzem o aluno a um processo de reflexão mais complexo, demandando do aluno conhecimento e familiaridade com a variedade de conceitos e, finalmente, solicitando que expresse suas opiniões, o que seria o ensino da Geografia Política em sua melhor forma.

O estudo revelou que os professores almejam conduzir os alunos a uma reflexão de ordem superior. Eles ficam contentes por promover as habilidades de seus alunos durante a aula. Os professores de Geografia querem se relacionar com a realidade atual em sala de aula, além de ensinar os aspectos históricos. Ao longo da pesquisa, os professores relataram que:

“O conteúdo envolve o uso de habilidades geográficas importantes, como leitura e comparação de mapas, pensamento geográfico espacial e abordagem de como lidar com questões atuais e valores éticos. É por isso que acho o assunto importante e interessante.”

“O conteúdo interessa muito aos alunos. É sempre atual. Existem muitos recursos de ensino que tornam o assunto acessível e claro (vídeos e outros recursos visuais). Mapas são usados durante toda a unidade.”

Os materiais didáticos devem ser atualizados com frequência e os professores devem ser preparados para discutir questões que estimulem o pensamento valorativo, mesmo que apresentem aspectos políticos.

A preparação de professores deve se fundamentar no reconhecimento da importância do ensino de questões políticas e deve capacitá-los para superar as dificuldades inerentes ao seu ensino. Os licenciandos devem ser expostos à complexidade do ensino da matéria durante o período de formação. Devem adquirir experiência por meio da discussão em sala de aula e desenvolver habilidades para promover debates e expor os alunos a opiniões diversas, sem medo.

A complexidade do assunto exige uma preparação docente para o ensino específico desta disciplina. Os professores sentem que estão “em risco” ao ensinar um assunto tão polêmico e são cautelosos na escolha de suas palavras. Eles usam termos diferentes ao mesmo tempo, o que pode apresentar desafios adicionais para os alunos.

É importante enfatizar aos professores a importância de educar os jovens no pensamento político, avaliando alternativas e tirando conclusões. Um aluno em um estado democrático deve desenvolver as ferramentas para uma reflexão independente e estabelecer posições que podem ser formuladas após apreender e compreender a realidade.

O papel do professor é expor os alunos a perspectivas diversas. Por sua complexidade, o tema fronteiras não pode ser ensinado em poucas horas. Ao estudar este tema, o aluno tomará conhecimento de diferentes pontos de vista e opiniões variadas e poderá avaliar os problemas e a complexidade do tema em discussão.

A preparação de professores para o ensino deste tópico deve ser feita durante a sua formação – antes de terem os seus próprios alunos – para que sejam capazes de pensar e compreender a complexidade do tema. Devemos identificar as dificuldades no ensino da matéria e incentivá-los a pensar politicamente e a

formular posições pessoais a partir da ampla gama de opiniões e dos argumentos que as acompanham.

Os licenciandos devem ser expostos às dificuldades advindas da multiplicidade de termos que acompanham o ensino desta temática e à existência de um distanciamento entre as realidades políticas existentes, trabalhar com os mapas que existem nas salas de aula, com aqueles que são publicados nos atlas e em livros didáticos. Estar consciente dessas dificuldades pode encorajar um professor a encarar a situação como um desafio.

Este assunto também deve ser tratado nos estágios didáticos ao longo do ano letivo. As dificuldades associadas ao ensino dessa temática podem ser discutidas e legitimadas, mas, ao mesmo tempo, deve-se ressaltar ao professor a importância de lidar com essas dificuldades.

É recomendável que se dê importância ao ensino desta questão em vários setores da sociedade israelense, como nas escolas religiosas árabes ou judias ortodoxas, e encontrar um propósito comum para ensiná-lo, qual seja, expor o aluno a uma variedade de opiniões. É claro que, quando a turma é homogênea em suas percepções do assunto, o trabalho do professor torna-se ainda mais desafiador, pois cabe a ele apresentar em sala de aula as diversas perspectivas sobre o tema e estimular os alunos a reconhecerem argumentos diferentes daqueles que lhes são familiares.

Propomos que, no ensino médio, os professores possam tratar de forma mais abrangente o tema das fronteiras. É importante que os professores promovam debates e discutam valores e princípios para que os alunos, então, possam formular suas próprias opiniões com base na realidade existente. Espera-se que essas atividades estimulem os alunos a tornarem-se adultos conscientes e engajados, como convém aos cidadãos em um estado democrático.

Referências

- BAR-GAL, Y. Boundaries as Topics in Geographic Education: The Case of Israel. *Political Geography*, v. 12, n. 5, 1993, p. 421-432.
- BAR-GAL, Y. Pátria e Geografia em um século de educação sionista. Tel Aviv: Am Oved (em hebraico), 1993.
- BAR-GAL, Y. Ideological Propaganda in Maps and Geographical Education. In: SCHEE, Joop van der; SCHOENMAKER, Gerard; TRIMP, Henk; WESTRHENEN, Hans van. (Eds.). *Innovation in Geographical Education*. Utrecht/ Amsterdam: Nederlandse Geografische Studies, 1996.
- BRAVER, M. As fronteiras de Israel. Tel Aviv: Yavne (em hebraico), 1998.
- BRAVER, M. Atlas Universitário. Tel Aviv: Yavneh (em hebraico), 2014.
- COLLINS-KREINER, N.; MANSFELD, Y.; KLIOT, N. The Reflection of a Political Conflict in Mapping: The Case of Israel's Borders and Frontiers, *Middle Eastern Studies*, v. 42, n. 3, 2006.
- FINE, T. et al. Israel Homem e Espaço. Tel Aviv: Centro de Educação Tecnológica (em hebraico), 2007.
- GRAITZER A. et al. Israel no Século XXI. Tópicos selecionados em Geografia para o Ensino Médio. Tel Aviv: Centro de Educação Tecnológica (em hebraico), 2009.
- GRAYSON, K. The Challenges of Teaching Popular Culture and World Politics. *E-International Relations*, 2015. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2015/06/20/the-challenges-of-teaching-popular-culture-and-world-politics/>
- HOLM, G.; FARBER, P. Teaching in the dark: The geopolitical knowledge and global awareness of the next generation of American teachers. *International Studies in Sociology of Education*, v. 12, n.2, 2002, p. 129-144, DOI: 10.1080/09620210200200087
- KHAMAIISI, R. From Imposed Ceasefire Line to International Border: the Issue of the Green Line between Palestine and Israel. *Journal of Borderlands Studies*, v. 23, n. 1, 2008.
- LAMM, T. Ideologias e a ideia de educação. In: ALONI, N. (Ed.). *O que é necessário para ser uma pessoa*. Tel Aviv: Hakibbutz Hameuchad/ Mofet Institute (em hebraico), 1998.

MICHAELI, N. (Ed.). Sim na nossa escola: artigos sobre educação política. Tel Aviv: Hakibbutz Hameuchad Publishing House (em hebraico), 2014.

MILES, W. Border Pedagogy in Israel. *Middle East Journal*, v. 65, n. 2, 2011, DOI: 10.3751/65.2.14

MINISTÉRIO da Educação de Israel. Supervisão do Ensino de Geografia, 2020. Disponível em: http://cms.education.gov.il/Education-CMS/UNITS/Mazkirut_Pedagogit/Geographya (em hebraico). Acesso em 24 Ago 2020.

NAVEH, A. Epílogo: sobre a necessidade de reabilitar a educação para a consciência política. In: MICHAELI, N. (Ed.). Sim na nossa escola: artigos sobre educação política. Tel Aviv: Hakibbutz Hameuchad Publishing House (em hebraico), 2014.

RASISI, N.; DIAMANT, P. Formação de professores para o ensino de atualidades. Tomada de posição. *Temas atuais e educação*: Tel Aviv: Mofet Institute (em hebraico), 2002.

SAKKI, Inari. Social representations of European integration as narrated by school textbooks in five European nations. *International Journal of Intercultural Relations*, v. 43, n. 10, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ijintrel.2014.08.010>.

SEIDEL, S. BUDKE, A. A border is a Ban - Students' Conceptual Understanding and Experiences of Europe's Borders and Boundaries, *Review of International Geographical Education Online*. ©RIGEO: v. 9, n. 1, 2019.

SNEH, Y. Aspectos atuais do Ensino de Geografia: um estudo de caso com professores de formação de professores. Conferência dos Professores de Formação de Professores. Oranim College, 12 de maio de 2004 (em hebraico).

SZIARTO, K. et al. Teaching critical thinking in world regional geography through stakeholder debate. *Journal of Geography in Higher Education*, v. 38, n. 4, 2014, p. 557-570.

YAAR-WAISEL, T. Bordering on the Impossible: Optimistic Planning of Border Regions. *Journal of Borderlands Studies*, 2018. DOI: 10.1080/08865655.2018.1531052.